

Linguística:

Linguagem,
línguas naturais e
seus discursos

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Linguística:

Linguagem,
línguas naturais e
seus discursos

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Brito de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramirez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Linguística: linguagem, línguas naturais e seus discursos

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística: linguagem, línguas naturais e seus discursos /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-265-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.651212107>

1. Linguística. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa
de (Organizador). II. Título.

CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **LINGÜÍSTICA: LINGUAGEM, LÍNGUAS NATURAIS E SEUS DISCURSOS**, coletânea de trinta capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área da Linguística, Letras e Artes e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, no presente volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos linguísticos, estudos literários; estudos em educação, leitura e ensino.

Estudos linguísticos traz análises sobre gramática, historiografia linguística, lexicogramática, metáfora, linguagem voltada à comunicação, sentido, gesto-fala, língua inglesa, tecnologia, discurso, análise do discurso.

Em estudos literários são verificadas contribuições que versam sobre discurso e literatura nas mídias digitais.

Estudos em educação, leitura e ensino congrega estudos sobre profissional docente, formação de professores indígenas, intervenção pedagógica, sistema público educacional, leitura e ensino de língua.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POR UMA EDIÇÃO CRÍTICA DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA (1595)


Leonardo Ferreira Kaltner

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121071>

CAPÍTULO 2..... 13

O CONCEITO DE LETRA NA GRAMÁTICA QUINHENTISTA DE JOÃO DE BARROS, À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA (HL)


Leonardo Ferreira Kaltner

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121072>

CAPÍTULO 3..... 23

UMA ABORDAGEM SISTÊMICO-FUNCIONAL DE TEXTOS SAGRADOS DA UMBANDA: LEXICOGRAMÁTICA E MANUTENÇÃO COSMOLÓGICA

Cláudio Márcio do Carmo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121073>

CAPÍTULO 4..... 35

A PERSONIFICAÇÃO DO CORONAVIRUS NAS CHARGES: PROLEGÔMENOS ACERCA DAS METÁFORAS BÉLICAS PRODUZIDAS NO COTIDIANO DOS TEMPOS DE PANDEMIA

Jacimara Ribeiro Merizio Cardozo

Sérgio Arruda de Moura


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121074>

CAPÍTULO 5..... 51

INFORMAÇÃO EM ÉPOCAS DE PANDEMIA: UM OLHAR DO PONTO DE VISTA DA LINGUAGEM VOLTADA À COMUNICAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Sandro Omar de Oliveira Santos

Ruberval Franco Maciel


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121075>

CAPÍTULO 6..... 64

NÓS OU A GENTE?

UMA OBSERVAÇÃO EM ALAGOINHAS, BAHIA

Fernanda Figueira Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121076>

CAPÍTULO 7..... 75

O SILÊNCIO E O SENTIDO NA LINGUAGEM (A)TÍPICA


Tamiles Paiva Novaes

Simone Maximo Pelis

Adriana Vespasiana Magalhães Dias

Iva Ribeiro Cota


Jhenifer Vieira da Silva
Elisângela Andrade Moreira Cardoso
Brena Batista Caires
Débora Evelyn Macedo dos Santos Silva
Gabriela Cangussu de Souza Moraes
Nirvana Ferraz Santos Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121077>

CAPÍTULO 8..... 87

A RELAÇÃO GESTO-FALA NOS MOMENTOS DE FLUÊNCIA/DISFLUÊNCIA NA APRESENTAÇÃO ORAL DE PESQUISA CIENTÍFICA


Cirana Raquel Vasconcelos Dantas
Késia Vanessa Nascimento da Silva
Renata Fonseca Lima da Fonte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121078>

CAPÍTULO 9..... 97

ESTAGNAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL


Cássia Cristina Rezende
Denner Robert Faria
Paulo César Rezende
Aline Franciel de Andrade
Jaqueline Lima da Conceição Souza
Laylla Luanna de Mello Frasca
Mariana Aguiar Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6512121079>

CAPÍTULO 10..... 108

EXPLING: UMA PLATAFORMA AMIGÁVEL À EXPERIMENTAÇÃO LINGUÍSTICA *WEB*


Victor Pereira de Lima
Graziele Soares
Kátia Nazareth Moura de Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210710>

CAPÍTULO 11 130

TECNOLOGIA, FORMA CULTURAL E MEDIAÇÃO EM “DAS MASSAS À MASSA”: MÍDIA E DISCURSO


David Christian de Oliveira Pereira
Edwani Aparecida Pereira
Zelinda Maria Albuquerque Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210711>

CAPÍTULO 12..... 140

REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER NA MÍDIA *ONLINE* SOB APORTE DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA


Diego da Silva Hilarino
Juliana Ferreira Vassolér

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210712>

CAPÍTULO 13..... 151

FEMINICÍDIO: OS SENTIDOS NOS CONSTRUCTOS DO DISCURSO DA IDEOLOGIA PATRIARCAL EM JOÃO DE BARRO E CABOCLA TERESA


Alguimar Amancio da Silva
Marlon Leal Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210713>

CAPÍTULO 14..... 166

“VOCÊ QUER A BUNDINHA?” - A CONSTRUÇÃO DO DESLIZAMENTO DO SENTIDO EM ANÁLISE DO DISCURSO


Alguimar Amancio da Silva
Marlon Leal Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210714>

CAPÍTULO 15..... 178

O DISCURSO PRESENTE NA OBRA LITERÁRIA DE GRACILIANO RAMOS EM “VIDAS SECAS”: A INTER-RELAÇÃO ENTRE A ESCASSEZ DA LINGUAGEM VERBAL E A EXCLUSÃO SOCIAL


Moyana Mariano Robles Lessa
Alinne Arquette Leite Novais
Carlos José de Castro Costa
Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral
Carlos Henrique Medeiros de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210715>

CAPÍTULO 16..... 189

IRACEMA, A ÍNDIA DO PAU OCO


Juliana Ferreira Lima Paiva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210716>

CAPÍTULO 17..... 202

TRAVESSIAS PEDAGÓGICAS NO ENSINAR E APRENDER LITERATURA NO ÂMBITO DAS MÍDIAS DIGITAIS


Carlos Wiennery da Rocha Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210717>

CAPÍTULO 18..... 213

IDENTIDADES EM ESTADO DE TENSÃO: IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE COMO CATEGORIA PERFORMATIVA

Waltersar José de Mesquita Carneiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210718>

CAPÍTULO 19..... 225

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE TONANTINS-

AMAZONAS: UM ESTUDO A PARTIR DO PARFOR

Neize Laura de Lima Deveza


Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210719>

CAPÍTULO 20.....237

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NOS CURSOS DE LETRAS: POR UMA EDUCAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA CONSCIENTE

Vera Maria Ramos Pinto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210720>

CAPÍTULO 21.....244

UM NOVO MUSEU DE VELHAS NOVIDADES: O SILÊNCIO, A ESCOLA E O SISTEMA PÚBLICO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210721>

CAPÍTULO 22.....257

AMOR OU ÓDIO? PAULO FREIRE - DISCURSOS DE PODER DO (DES) GOVERNO EDUCACIONAL BRASILEIRO - UM OLHAR A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

Rodrigo Parras

Marcia Aparecida Amador Máscia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210722>

CAPÍTULO 23.....270

AS PRÁTICAS DE LEITURA SOB A PERSPECTIVA SOCIAL

Dayane Pereira Barroso de Carvalho

Zanado Pavão Sousa Mesquita


Maria da Guia Taveiro Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210723>

CAPÍTULO 24.....279

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LEITURA PARA PRODUÇÃO DE RESUMOS A PARTIR DO PLANEJAMENTO COM MÉTODO O CORNELL

Felipe Alves dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210724>

CAPÍTULO 25.....295


UM MENINO, SUA AMIGA, UM FICHÁRIO... E O INCENTIVO À LEITURA: EXPERIÊNCIAS NO ENSINO REMOTO






Rhaísa Sampaio Bretas Barreto

Priscila de Andrade Barroso Peixoto

Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa Balbi

Eliana Crispim França Luquetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210725>

CAPÍTULO 26	306
LITERATURA QUE LIBERTA: O PROJETO REMIÇÃO DA PENA PELA LEITURA EM UMA UNIDADE PRISIONAL MASCULINA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	
Caroline de Almeida Delgado Liz Daiana Tito Azeredo da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210726	
CAPÍTULO 27	316
NAS MALHAS DA REFERENCIA(ÇÃO): TECENDO LEITURAS E PRODUZINDO TEXTOS	
Patricia Ferreira Neves Ribeiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210727	
CAPÍTULO 28	324
CONCEPÇÕES DE ENSINO DE LÍNGUA: DESDOBRAMENTOS E PRÁTICAS	
Heliud Luis Maia Moura	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210728	
CAPÍTULO 29	339
O PROCESSO DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA ESCOLA WAPICHANA EM RORAIMA	
Naira Matias da Silva Maria do Socorro Melo Araújo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210729	
CAPÍTULO 30	354
BASE DE DADOS TEXTUAL JURIDOCs: FERRAMENTA PARA O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NA ÁREA JURÍDICA	
Rosana Corga Fernandes Durão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.65121210730	
SOBRE O ORGANIZADOR	364
ÍNDICE REMISSIVO	365

CAPÍTULO 5

INFORMAÇÃO EM ÉPOCAS DE PANDEMIA: UM OLHAR DO PONTO DE VISTA DA LINGUAGEM VOLTADA À COMUNICAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

Data de aceite: 12/07/2021

Data de submissão: 15/05/2021

Sandro Omar de Oliveira Santos

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4219124086091777>

Ruberval Franco Maciel

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3940070820451122>

RESUMO: Pandemias são por conceituação eventos de grande magnitude que causam comoção global e atingem proporções inimagináveis, afetando substancialmente todos os estratos sociais. As informações e as formas de suas veiculações são de fundamental importância, pois contribuem para a garantia da ordem pública, o controle da doença e auxiliam na contenção de sua propagação. Insta trazer à baila que pouco mais de um século depois da pandemia da gripe espanhola que assolou o mundo, podemos perceber que o comportamento da população, as ações governamentais, os meios, as formas e os conteúdos das informações que foram disseminadas naquela época apresentam um espectro, até certo ponto, comum com as experimentadas diante da eclosão do coronavírus. Neste sentido, o presente capítulo busca analisar e discutir ambos os casos. Para tanto, o trabalho de natureza bibliográfica se pautará nos estudos de linguagem em diálogo

com a comunicação em saúde pública.

PALAVRAS - CHAVE: Pandemia. Linguagem. Comunicação.

ABSTRACT: Pandemics are conceptual events of great magnitude that cause global commotion and reach unimaginable proportions, substantially affecting all social strata. The information and forms of its broadcasting are of fundamental importance, as they contribute to the guarantee of public order, the control of the disease and help to contain its spread. It urges to bring to the fore that little more than a century after the Spanish flu pandemic that ravaged the world, we can see that the behavior of the population, government actions, the means, forms and content of the information that were disseminated at that time present a certain spectrum common point with those experienced before the outbreak of the coronavirus. In this sense, the present work seeks to analyze and discuss both cases. Therefore, the bibliographic work will be based on studies on language studies and public health.

KEYWORDS: Pandemic. Language. Communication.

INTRODUÇÃO

Estudar e compreender as emergências em saúde pública do passado e as medidas adotadas nos seus enfrentamentos pode contribuir em ações futuras, caso ocorram novos eventos. O mundo já se deparou com situações pandêmicas nas quais houve debates sobre as suas origens, existências, possibilidades de cura, tratamentos, riscos de contaminação e a

eficiência das ações governamentais.

Com a eclosão do coronavírus se dando num momento em que a sociedade contemporânea tem a sua disposição tecnologias de informações que possibilitam a irradiação de informações de toda natureza os homens estão suscetíveis a todo tipo de compreensões. Não raro surgem comunicados variados, dentre eles os institucionais e as Fake News, tais como: “o vírus é Chinês”, “é só uma gripezinha”, “tome cloroquina”, “se trate com ozônio”, “o número de mortes não passará de mil”.

Nesse cenário, importam as lições aprendidas com outros eventos, voltando-se o olhar para as formas pelas quais os governos utilizaram as suas ferramentas, os meios e formas de comunicações, avaliando suas efetividades e resultados. Para tanto, faz-se necessário inicialmente entender as classificações das doenças. De acordo com a OMS, a configuração e valoração da magnitude de determinada doença depende da análise dos elementos que a compõe, de forma conjugada e a partir das taxas de incidência e prevalência passa a ser possível estabelecer a sua descrição precisa.

A incidência mensura os níveis de contágio e a prevalência indica como se dá essa incidência em determinada população. Assim, para que uma doença receba a classificação de pandêmica, exige-se que a incidência se dê em proporções elevadas com prevalência observada em várias localidades no mundo. Trata-se de conceituação adotada pela Vigilância Sanitária brasileira que se aproxima da explicação de Pereira (2007, p. 12) “caracterizada por uma epidemia com larga distribuição geográfica, atingindo mais de um país ou de um continente. Um exemplo típico deste evento é a epidemia de AIDS que atinge todos os continentes.”.

Amoldando-se a esta definição há uma das maiores emergências em saúde pública mundial que se tem notícias - a da gripe espanhola de 1918. Seus efeitos puderam ser observados durante dois anos, período no qual a humanidade fora acometida por um elevado número de infectados e vítimas.

Além dos danos à saúde, observados nos números de infectados e mortos, as pandemias provocam impactos de toda natureza, tais como abalos sociais, culturais, políticos, educacionais e transnacionais. No que se relaciona à mitigação destes problemas, a tecnologia posta à disposição na contemporaneidade pode constituir-se em ferramenta fundamental nos seus (des)controles. No posicionamento de Rocha e Maciel (2019), repercutindo os entendimentos de Santaella (2013) e de Chun e Selwyn (2017), podemos perceber a influência que a tecnologia exerce nas relações sociais:

Os tempos contemporâneos podem, então, ser percebidos como um cenário complexo que, de forma dinâmica e constitutiva envolve relações sociais e processos de produção de sentidos em uma sociedade mediatizada e midiaticizada, ou seja, em um mundo que sofre as pressões do capitalismo e de forças neoliberais, ao mesmo tempo em que é impactado pelas tecnologias emergentes, compreendidas como processos, práticas e discursos (ROCHA E MACIEL, 2019, p. 119).

A partir dessas considerações, percebe-se a importância da semiótica social para a análise e compreensão da linguagem. Sob a perspectiva das práticas sociais é possível ao linguista uma investigação ampla de como as pessoas utilizam os seus recursos para a comunicação nos seus respectivos sistemas sociais, culturais e materiais. Esta visão possibilita a compreensão do agir humano através da contextualização e valoração dos signos nos processos de comunicação em relação ao tempo.

Avaliar as formas de comunicação e as linguagens adotadas pelo Poder Público durante o período de incidência da gripe espanhola, considerando o repertório sociocultural daquela época, comparando-as com as utilizadas durante a atual pandemia, pode se configurar em uma importante ferramenta de controle do coronavírus. Tal possibilidade exsurge a partir premissa de não universalidade dos conceitos e das variadas formas de percepções, entendimento palmilhado por Maciel e Pereira (2019, p. 5) ao ressaltarem que “devemos ter em mente que esses conceitos não são universais, podendo o mesmo significado possuir/potencializar diferentes percepções de acordo com o local, a cultura e a linguagem”.

Para os referidos autores (2019, p. 5), esta compreensão poderia viabilizar o atendimento humanizado na área da saúde uma vez “que esses conceitos podem trazer contribuições acerca da interface dos estudos da linguagem com a área da saúde, sobretudo ao consideraram o aspecto de *feeling* para um olhar humanizado na medicina”.

Avaliar esse complexo de percepções pode ser possível a partir da semiótica social, apropriando-se os signos à construção de sentidos nos limites do contexto social em que a significação se estabelece. Para Nakagawa e Silva (2013) o conteúdo deve considerar o lugar e o contexto social em que as práticas se dão:

A mensagem-texto constituirá, portanto, o lugar onde a significação se estabelece, sempre revelando fenômenos de sentido que só adquirem significação mediante ao contexto social em que se inserem e às linguagens das quais fazem uso. Acima de tudo, mediante às culturas a partir das quais se espelham e pelas quais são espelhadas. (NAKAGAWA e SILVA, 2013, p. 79).

Com base nesse introito, delimitada a sua importância, percebe-se que a linguagem na comunicação governamental durante os períodos de emergência em saúde pública apresenta-se como ferramenta fundamental para o controle e erradicação das doenças.

Feitas tais considerações discutiremos neste capítulo sobre os fatos vivenciados durante as pandemias da gripe espanhola e do COVID-19, bem como sobre as linguagens adotadas nas comunicações governamentais. Para tanto, serão descritos os seus elementos característicos, enfoques, relações e as diferentes formas de percepções da população frente às modalidades de representação, produção e disseminação destas informações.

A GRIPE ESPANHOLA E A PANDEMIA DO COVID

A sociedade contemporânea é caracterizada pelo intenso fluxo de pessoas e produtos. Este ambiente, segundo Moura e Rocha (2012), permite a transmissão de agentes causadores de epidemias. Diferentemente do período de incidência da gripe espanhola, as relações sociais atualmente são outras. Todavia, dispensando olhares a ambas não seria exagero deduzir que, resguardadas as devidas proporções, os cenários vivenciados nesta pandemia em boa parte se assemelham aos daquela.

Nos dois eventos as doenças emergiram de forma inesperada, com alto índice de contágio e letalidade, os sistemas públicos não dispõem(unham) de instalações e pessoal suficientes para atender a população. As informações governamentais possuem(íam) conteúdos antagônicos, sugeriam-se tratamentos ineficazes e há(avia) forte presença de *Fake News*, produzidas pelo governo, inclusive. Narrativas históricas apontam para tal entendimento.

Fatos relatados por Schatzmayr e Cabral (2012) lembram que o primeiro caso da gripe espanhola se deu nos Estados Unidos no mês março de 1918 e rapidamente atingiu o continente europeu, em abril durante a guerra. No mês seguinte foram registrados contágios na Grécia, Espanha e Portugal, em junho foi a vez da Dinamarca e Noruega, em agosto espalhou-se pela Holanda e Suécia, vindo a desembarcar em setembro no Brasil.

Assim como ocorreu com o COVID-19 a gripe espanhola rapidamente foi reconhecida como doença contagiosa. Muitos países imediatamente adotaram medidas de isolamento social, adotando-se como medidas a decretação de fechamentos de escolas, igrejas, comércio e repartições públicas. No Brasil medidas foram incontinenti tomadas, embora insuficientes de acordo com Rodrigues (1994):

O cenário era de terror e dezenas de anos depois ainda era possível de ser descrito, em 1918, na esquina, no botequim, na calçada, e no meio-fio se morria, a toda hora. Vinha o caminhão de limpeza pública e ia recolhendo e empilhando os defuntos. Nem família, nem coveiros, ninguém tinha paciência. (RODRIGUES, 1994, p. 45).

Com o fim do que se provava posteriormente como uma primeira onda de incidência da gripe, a população brasileira, acreditando que a doença passara, retornou às atividades normais. Como parte das comemorações os brasileiros festejaram durante o carnaval de 1919 ao som da música de Assis Valente, cantando “E o mundo não se acabou”. O autor retro citado assim descreveu o clima de euforia:

Depois daquele Carnaval orgiástico, o Rio de Janeiro nunca mais seria o mesmo [...] A peste deixara nos sobreviventes não o medo, não o espanto, não o ressentimento, mas o puro tédio da morte. [...] Logo depois explodiu o Carnaval. E foi um desabamento de usos, costumes, valores, pudores. [...] Toda a nossa íntima estrutura fora tocada, alterada e, eu diria mesmo, substituída. Éramos outros seres e que nem bem conheciam as próprias potencialidades. (RODRIGUES, 1994, p. 46).

Ressentindo-se das agruras e do cenário de terror vivido, a população, ainda sob os efeitos da catarse narrada pelo autor, tentou retornar à normalidade, acreditando que a pandemia teria chegado ao fim. Frustrando tais expectativas a gripe espanhola se manifestou nos anos seguintes com bastante vigor, aumentando o número de vítimas, vindo a desaparecer somente com o passar do tempo. Passados cem anos, em dezembro de 2019, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) da China veio a público noticiar a ocorrência de uma doença em Wuhan, capital da província de Hubei.

A patologia, originada de um novo coronavírus, em dois meses de incidência, contabilizava 118.000 casos em 114 países, com 4291 mortes. Diante da magnitude do evento a OMS emitiu o seguinte comunicado (online):

A Organização Mundial da Saúde participa, desde o início de fevereiro de 2020, de ações que dizem respeito às medidas adicionais de saúde necessárias ao combate ao coronavírus, em conjunto com os Países Membros. Como ações comuns estão a recomendação de proibição da entrada de passageiros de países com surtos, seguida de suspensões de voos, emissão e concessão de vistos, fechamentos de fronteiras e medidas de quarentena.

Diante das várias incógnitas sobre o novo vírus, sendo impossível avaliar seus impactos e estabelecer prognósticos sobre as possibilidades de cura, a OMS buscou inicialmente traçar recomendações com o objetivo de tentar frear a propagação da doença. Nessa conjuntura, muitas informações foram disseminadas sem prévias aferições, fartas delas em versões ausentes de substratos científicos, diversas erigiram a partir de conteúdos e linguagens que comprometeram a estabilidade social e sanitária.

Os efeitos das publicações relacionadas ao novo vírus nas redes sociais e na internet puderam ser de pronto observados. Havia relatos de desespero, conformismo e até mesmo de negações ao risco de contaminação, demonstrando *meanings* antagônicos à gravidade da doença e *feelings* desconectados da realidade sanitária.

No século passado não foi muito diferente. Com a chegada da gripe espanhola no Brasil, o Jornal A Gazeta de Notícias (<http://memoria.bn.br/>), publicou em 18 de setembro de 1918, de forma superficial, que a doença, denominada como “hespanhola” ou “dançarina”, estaria a bordo de um navio a caminho do país. Caracterizou, ao final, a doença como sendo uma espécie de influenza com caráter epidêmico surgido na Espanha.

Pouco depois, percebendo a gravidade da doença, a imprensa passou a divulgar também os seus perigos, informando que era muito contagiosa, apresentava grande velocidade de difusão e letalidade, questionando a inércia das autoridades públicas. Um mês depois da chegada da doença no Brasil, o pânico já havia tomado conta das maiores cidades, a capital foi a mais impactada com a primeira onda do surto.

Estampada a gravidade a imprensa direcionou com maior intensidade suas críticas a Carlos Seidl, Diretor Geral da Saúde Pública, acusando-o de repassar informações inverídicas à população, exigindo ações concretas do Governo no combate à doença.

Diante das fortes cobranças da mídia, o Poder Público Federal elaborou uma cartilha, denominada “*conselhos ao povo*”, contendo algumas informações sobre a gripe.

Dentre os alertas estavam os de evitar o uso de bebidas alcoólicas, lavar a boca e gargarejar com um composto à base de água e sal, fazer uso diário de solução de essência de canela, evitar aglomerações, cuidados com o nariz e boca, tomar doses de quinino, evitar fadiga e excessos físicos, alertando os idosos.

Naquele material recomendara-se para os contaminados sintomáticos e os que estavam no estágio inicial da doença o uso de medicação a partir de um composto à base de água e sulfato de sódio misturado com açúcar, tomado em conjunto com quinino, aspirina, salicilato de sódio; outro à base de água, salicilato de sódio, bicarbonato de sódio e açúcar; para tosse remédio composto à base de água, Benzoato de Sódio e acetato de amonca. Também orientou essa parcela da população a fazer uso de dieta à base de leite, caldo de sopa de cereais, de legumes, de lentilhas, de arroz, aveia, centeio, etc. (<http://memoria.bn.br/>).

As informações governamentais quanto às formas de propagação, contágio e medidas de prevenção da gripe espanhola eram vagas, dispersas, antagônicas e contrárias à realidade médica, sanitária e social, as sugestões científicas quanto ao isolamento social foram desprezadas.

Em 1918, além de obter informações governamentais imprecisas e vagas sobre a doença, o povo as recebia tardiamente, hoje o acesso às informações é instantâneo, e a partir da primeira divulgação da eclosão do coronavírus as notícias sobre os perigos da doença foram imediatamente disseminadas.

A partir da confirmação do primeiro caso de coronavírus nos Estados Unidos, o Presidente Trump, negando a importância da doença declarou à CNBC que «É só uma pessoa que veio da China e temos tudo sob controle. Tudo ficará bem», depois a minimizou alegando que o risco “para os americanos ainda é muito baixo. Quando você tem 15 pessoas [...] em alguns dias, vai diminuir e ficar perto de zero. É um trabalho muito bom que fizemos.”

Nos dias seguintes, o que se viu foi um amplo alastramento da doença no território americano, o CDC – Centers of Disease Control and Prevention, responsável pela coordenação das ações de combate ao coronavírus naquele país, se viu obrigado a divulgar um informativo à população. Como primeiras medidas fora explicado que a pandemia é causada por uma doença respiratória, espalha de pessoa para pessoa, não tem cura e apresenta quadros de maior gravidade em adultos com 65 anos ou mais e em pessoas com sérios problemas médicos subjacentes.

Como medida de prevenção o Centro de Controle americano sugeriu a utilização de máscaras de pano em locais públicos com distância mínima de um metro e meio entre pessoas e distanciamento social em todos os níveis da sociedade.

Embora o governo americano tivesse sugerido inicialmente se tratar de uma doença

não gravosa, pesquisas do Pew Research Center (online) demonstraram que a população dos Estados Unidos, desde o início da pandemia, manifestou medo da doença. O instituto apurou que uma parte significativa da população acreditava nas falas presidenciais, entendendo se tratar de conspiração. Mais de 30% dos entrevistados pensava que o vírus teria origem em laboratório e 2/3 da população considerava que o governo americano não agiu com a rapidez necessária para enfrentar a pandemia.

No Brasil o cenário não foi diferente. Administração Pública Federal repercutiu teses construídas pelo governo americano e passou a emitir declarações contendo informações desconectadas dos estudos e recomendações repassadas pelo seu próprio Ministério da Saúde. Diante desse cenário de antagonismo, Rogério Louro (online), a pedido da ABERJE – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial recomendou cautela, relatando que as informações sobre a doença, as ações tomadas pelos governos e os locais dos novos contágios, emergem de todos os lugares e em velocidades impossíveis de se acompanhar:

Se não tem vacina ou remédio para prevenir ou conter o vírus, a informação é a grande arma neste momento. É aí que as áreas de Comunicação e agências precisam agir para ajudar a organizar o fluxo de dados e ideias para não deixar virar um furdúncio sem controle.

As informações sobre a pandemia, as ações tomadas por governos e o local dos novos contaminados estão vindo de todos os lugares em uma velocidade impossível de acompanhar. Então, é preciso filtrar e se concentrar no que é importante para cada empresa naquele momento.

A partir desta constatação, evidenciado o cenário de incertezas no Brasil, frente às parcas informações sobre a doença e diferentes ações tomadas pelos entes públicos, em 14 de março de 2020, o Governo Federal se viu obrigado, através da Presidência da República, a iniciar uma campanha publicitária. Sob o título: “Juntos Somos Mais Fortes”, foram disponibilizadas as primeiras informações oficiais sobre a doença à população, embora desde 02 de março o Ministério da Saúde tivesse, por conta própria, iniciado uma campanha com os mesmos fins, orientando condutas e esclarecendo a população sobre o coronavírus.

A efetividade das ações e campanhas governamentais foi posta em xeque em diversas oportunidades. As informações prestadas pelo Presidente da República não se alinhavam aos objetos das próprias comunicações. A repórter Sarah Cozzolino, correspondente da RFI no Rio de Janeiro (online) retratou essa situação ao chamar a atenção para o comportamento da população nas comunidades:

No Complexo do Alemão, as pessoas andam nas ruas, entram em lojas, tomam cerveja no boteco, como se nada estivesse acontecendo”, conta Yone Dutra, moradora do complexo e motorista de Uber, ao descrever o dia dia dos moradores por mensagens no WhatsApp. Ela toma muitas precauções, porque mora com duas pessoas idosas : parou de trabalhar, sai apenas para ir ao mercado, e quando volta vai direto para o banho. “Ouço muitas vezes pessoas idosas falando que tudo isso é uma besteira, que tem que voltar a

trabalhar, que o vírus não vai pegar aqui... muitos absurdos !", se indigna a moradora.

Mesta matéria a jornalista fez questão de destacar que a situação não é a mesma em todas as favelas. Na parte mais alta do complexo do Alemão, onde o tráfico predomina, os moradores permanecem em casa, em outras os traficantes emitiram toque de recolher, sinalizando que as comunicações emanadas nessas localidades tinham maior efetividade do que as governamentais. Ressalve-se que a comunicação governamental é ferramenta de extrema importância em períodos de crise. Para atingir seus objetivos deve ser utilizada de forma clara e precisa, refletir a realidade dos fatos, considerar as questões sociais, culturais e identitárias e se dar através de linguagem apropriada aos seus fins.

LINGUAGEM NA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

A linguagem abarca todas as possíveis formas e processos aptos a viabilizar a transmissão de ideias, sentimentos e informações entre humanos, não significando, todavia, entender a linguagem como um mero sistema cuja função precípua seja a comunicação. Nesse aspecto, Berwick (2017, p.43) chama atenção para o fato de que:

Uma visão bastante convencional é tomar a linguagem como um sistema cuja função é a comunicação. Essa é, de fato, a visão difundida na maioria dos estudos considerando as origens da linguagem via seleção natural, que quase invariavelmente parte dessa interpretação. No entanto, na medida em que essa caracterização tem algum significado, isso parece estar incorreto, por uma variedade de razões. (BERWICK, 2017, p. 43).

Depreende-se dos ensinamentos do autor que a linguagem deve considerar todos os sistemas de signos postos à disposição na natureza, utilizados pelos homens em suas interações. Estes signos, compreendidos como verbais adotados nas comunicações escritas ou faladas, mediadas por palavras, ou não verbais, englobando os demais símbolos, a exemplo dos desenhos, expressões, placas, arte, música, etc, se prestam para as relações e práticas sociais.

No que se relaciona às comunicações governamentais ganham maior importância os verbais, onde o domínio da língua é um dos requisitos necessários por se tratar de um processo comunicativo onde os interlocutores devem estar sempre abertos, dispostos e aptos para conhecer o sentido das palavras, reconhecendo e interpretando, principalmente, as expressões idiomáticas comuns e atuais.

A sociedade contemporânea está cotidianamente exposta às mensagens vinculadas às expressões comuns em razão da influência das redes sociais e da internet. Novos signos advêm constantemente de formas e fontes variáveis, são inúmeros os fatores que interferem no *meaning* e *feeling* cotidianos (MACIEL; PEREIRA, 2019). Não raro emergem signos de naturezas inespecíficas a ponto de limitar a capacidade humana de compreendê-los e valorá-los num primeiro momento.

Decorre à saciedade esta compreensão. Se o receptor não possuir naquele exato momento um mínimo de domínio quanto ao teor da mensagem estará obstado de promover a sua valoração e compreendê-la, afetando seu *feeling* mesmo que absorva precariamente seu *meaning*. Seria possível, portanto, aceitar-se o *meaning* relacionado à gripe espanhola como o mesmo vivenciado com o coronavírus, mas os *feelings* são evidentemente diferentes.

O *feeling*, compreendido singularmente como as emoções ou uma forma de autodefinição e compreensão do indivíduo por sua condição local e o *meaning* inerente à própria condição de criação dos signos, exige maior atenção da comunicação pública. A Publicidade governamental deve considerar a variedade social da linguagem, as semioses locais, apropriando as suas mensagens aos *meaning* e *feeling* contemporâneos. As informações públicas ao alcançar na plenitude todas as comunidades receptoras respeitarão o princípio constitucional da publicidade, assegurado a todos os cidadãos, sem exceção, observando, ainda, o princípio da isonomia.

Os entes públicos possuem o dever constitucional de se comunicar permanentemente com os cidadãos, informar seus direitos, deveres, prestar contas e realizar campanhas, respeitando a diversidade sociocultural brasileira. Para dar efetividade aos princípios citados a comunicação governamental deve observar os diferentes níveis educacionais e os estratos sociais do Brasil. Estudos, como os promovidos pela ONG Ação Educativa, demonstram que o índice de Alfabetismo Funcional (INAF) - utilizado para medir os níveis de Alfabetismo da população brasileira de 15 a 64 anos, é muito alto (online):

Os Analfabetos Funcionais – equivalentes, em 2018, a cerca de 3 em cada 10 brasileiros – têm muita dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita e das operações matemáticas em situações da vida cotidiana, como reconhecer informações em um cartaz ou folheto ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas.

Este indicador reforça a premissa de respeito às diversidades socioculturais brasileiras. As campanhas governamentais, necessárias à garantia da efetividade dos fins pretendidos pela Administração Pública, em respeito aos fins sociais, devem se permitir alcançar e serem compreendidas por todos, inclusive pelos analfabetos, como forma de garantia do estado democrático de direito.

Sendo de Utilidade Pública e interesse social coletivo a natureza jurídica da comunicação governamental, como forma de discipliná-la o Governo Federal editou a instrução normativa nº 1, de 27 de julho de 2017, definindo-a, em linhas gerais, nos seguintes moldes:

Art. 2º [...]

§ 1º Por comunicação pública, entende-se aquela realizada exclusivamente em prol do interesse público, com vistas a garantir a cidadania, o direito à informação, à livre expressão de pensamento e a participação do cidadão no debate de assuntos de relevância política, econômica e social e de temáticas

relacionadas à condição humana e à vida em sociedade. Na consolidação de princípios democráticos e na promoção do diálogo social, a comunicação pública pode organizar-se de diversas formas, valendo-se de instrumentos, sistemas e meios de comunicação no qual interagem governos, movimentos sociais, organizações privadas, terceiro setor e segmentos específicos da sociedade.

Trata-se de uma conceituação genérica. Não há previsões de condições específicas ou de ocorrência de fatos extraordinários e situações especiais, motivando a seguinte ressalva de Torquato (2015, p. 20): “A comunicação governamental ausente de linguagem clara e objetiva, em contexto onde inexista experiência social com determinada emergência em saúde pública, pode promover acontecimentos danosos à sociedade”.

O apontamento anteriormente citado deve ser objeto de estreme atenção em nosso País. Para Bagno (2007) o Brasil, por sua característica cultural plural cultural e social, possui, além dos diferentes níveis educacionais, variações linguísticas que não podem ser desprezadas:

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola (BAGNO, 2007, p. 16).

Nas comunicações oficiais esta variabilidade alertada pelo autor merece respeito e consideração. Nas publicidades governamentais todos os destinatários/receptores, sem exceções, necessitam compreender o teor e ter acesso pleno aos objetos das mensagens.

A comunicação pública, na condição de dever, obriga-se à precisão, correção, certeza, clareza e descrição de acordo com diretrizes específicas, impedindo falsos entendimentos ou que barreiras “linguísticas” possam segmentá-la de forma a bloquear o acesso à mensagem por determinados grupos. Para tanto, tem-se como fundamento basilar da comunicação a existência de um emissor apto a exteriorizar suas ideias e um (conjunto) de receptor (es) capacitado (s) a processá-las e interpretá-las dentro de um mesmo sistema de códigos que esteja disponível simultaneamente para ambos.

Atentos a essa especificidade em relação à comunicação na área da saúde LANA *et al* reconheceram em publicação da Fiocruz que a formação social deve ser respeitada (online):

O termo Comunicação e Saúde, portanto, delimita um território de disputas específicas, embora atravessado e composto por elementos característicos

de um, de outro e da formação social mais ampla que os abriga. Trata-se de um campo ainda em formação, mas como os demais constitui um universo multidimensional no qual agentes e instituições desenvolvem estratégias, tecem alianças, antagonismos, negociações.

Malgrado manifeste a Administração Pública federal preocupações nesse *mister*, despreza o fato de que os *feelings* em saúde são cotidianamente impactados por terminologias científicas, especificidades e jargões médicos e são afetados pelas explorações midiáticas e trocas de mensagens falsas nas redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea há muito tempo não vem aceitando a imposição de modelos ou dogmas, e as políticas públicas de saúde, nesse sentido, se obrigam a acompanhar todas as movimentações socioculturais com a adoção de dispositivos de aferições apropriados que sejam aptos a promover as adequações e atualizações que emergem de novas realidades sociais.

A mobilidade humana facilitada pelos acordos transnacionais e diante da ampla oferta de meios de transportes, aliados à grande concentração urbana que caracteriza a humanidade nesse século, facilita a propagação de doenças com extrema rapidez no globo terrestre. Até a presente data, não há cura para o COVID-19 ou vacina disponibilizada para todos os homens. A história e a ciência nos ensinam que nestes casos o melhor caminho é a prevenção, sendo a informação governamental clara e precisa um dos modos mais eficazes de conter o avanço da doença, evitar pânico e comoções sociais.

Ao cumprir este papel, a comunicação pública não pode deixar de considerar as diferenças culturais, de segurança pública, alimentares, sociais e educacionais. As mensagens emanadas das instâncias governamentais devem apropriar os termos usualmente adotados nos jargões científicos às práticas sociais, como forma de promover uma efetiva comunicação de massa.

Não podemos esquecer que os letramentos adquirem fundamental importância na comunicação em saúde. As mensagens na pandemia devem levar em consideração a capacidade de interação, compreensão e avaliar as práticas sociais dos indivíduos nos exatos contextos e limites em que os mesmos se inserem. Diante desse panorama, os diferentes níveis de habilidades da população para assimilação e compreensão de mensagens, a variabilidade cultural e educacional brasileira, não seriam desprezados.

A comunicação em saúde, considerando a sua função social e ao firmar em seu bojo as práticas sociais como um todo que deve ser avaliado em detrimento do atributo individual do emissor, reforça o objeto da mensagem em um contexto específico, ajusta a transmissão das mensagens aos valores comunitários e culturais, viabilizando a compreensão e o modo de agir transformacional.

Ao tomar tais cuidados, as informações públicas atenderão aos fins sociais e constitucionais a elas inerentes e as afastarão dos limites de explorações midiáticas e *Fake News*.

REFERÊNCIAS

Ação Educativa. **Indicador de analfabetismo funcional**. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/projeto/indicador-de-alfabetismo-funcional/>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. São Paulo, SP: 2007.

BERWICK, R. C.; CHOMSKY, N. **Por que apenas nós: linguagem e evolução**. Trad. Othero, G. Á., Souza, L. M. S. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

BRASIL. **Ministério da Saúde lança campanha de prevenção**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/coronavirus-ministerio-da-saude-lanca-campanha-de-prevencao>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

COZZOLINO, S. **Declarações de Bolsonaro dificultam ações de prevenção contra o coronavírus nas favelas cariocas**. Disponível em: <http://www.rfi.fr/br/brasil/20200330-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro-dificultam-a%C3%A7%C3%B5es-de-preven%C3%A7%C3%A3o-contra-o-coronav%C3%ADrus-nas-favelas-cariocas>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

LAMARÃO, S.; URBINATI, I. C. **Gripe Espanhola**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GRIPE%20ESPAÑHOLA.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

LANA et al. **Cad. Saúde Pública 2020**. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/index.php>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

LOURO, R. **Comunicação e Coronavírus**. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/colunas/comunicacao-e-coronavirus/>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

MOURA, A. S; ROCHA, R. L. **Endemias e epidemias: dengue, leishmaniose, febre amarela, influenza, febre maculosa e leptospirose**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012.

NAKAGAWA, R. M. O.; SILVA, A. R. **Semiótica da Comunicação**. São Paulo: INTERCOM, 2013.

OPAS. **Enfermedad por el Coronavirus (COVID-19)**. Disponível em: <https://www.paho.org/es/tag/enfermedad-por-coronavirus-covid-19>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

PEREIRA, F.G; MACIEL, R.F. Processos de construção de sentidos para além da dicotomia verbal e não verbal em contextos médicos. **Revista Philologus**, v. 25, p. 2674-2681, 2019.

PEREIRA, S. **Conceitos e Definições da Saúde e Epidemiologia Usados na Vigilância Sanitária**. São Paulo: Disponível em: http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visita.pdf, 2007. Acesso em 02 de novembro de 2020.

PEW RESEARCH CENTER. **Coronavirus Disease (COVID-19)**. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/topics/coronavirus-disease-2019-covid-19/>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. **Multimodalidade, letramentos e translinguagem**: diálogos para a educação linguística contemporânea. Disponível em: https://www.academia.edu/41776369/multimodalidade_letramentos_e_translinguagem_di%C3%81logos_para_a_educac%C3%87%C3%83o_lingu%C3%8dstica_contempor%C3%82nea. Acesso em 02 de novembro de 2020.

RODRIGUES, N. **A menina sem estrelas**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.

SCHATZMAYR, H. G; CABRAL, M. C. **A virologia no Estado do Rio de Janeiro: uma visão global**. 2ª Edição - Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

TORQUATO, G. **Comunicação nas organizações: empresas privadas, instituições e setor público**. São Paulo, SP: Summus, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do discurso 130, 139, 145, 151, 152, 153, 154, 156, 163, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 176, 177, 190, 257, 259, 323, 338

C

Comunicação 26, 41, 42, 51, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 93, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 153, 163, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 191, 203, 204, 205, 229, 231, 263, 269, 284, 328, 342, 348, 354, 359, 360

D

Discurso 8, 21, 26, 32, 36, 48, 49, 50, 72, 74, 80, 86, 88, 93, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 205, 207, 213, 217, 218, 220, 222, 223, 224, 248, 249, 250, 252, 254, 255, 257, 259, 264, 266, 267, 268, 291, 293, 316, 317, 318, 323, 326, 327, 328, 329, 338, 342, 348

Discursos 33, 41, 50, 52, 130, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 147, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 168, 171, 173, 174, 176, 190, 195, 212, 222, 223, 252, 254, 257, 258, 263, 264, 283, 328, 330, 332, 335, 336, 337

E

Educação 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 63, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 128, 131, 138, 142, 150, 179, 181, 183, 185, 187, 211, 212, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 245, 246, 247, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 283, 293, 294, 296, 298, 304, 306, 307, 309, 311, 312, 313, 314, 324, 339, 340, 341, 345, 346, 348, 350, 351, 352, 354, 363, 364

Ensino de língua 98, 99, 100, 107, 109, 233, 236, 238, 277, 294, 317, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 342, 352, 364

Ensino remoto 295, 296, 298, 301, 303, 304

Escola 11, 60, 87, 90, 95, 107, 129, 202, 203, 204, 206, 210, 212, 217, 221, 224, 226, 228, 235, 236, 238, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 305, 314, 316, 317, 321, 323, 328, 330, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 360, 364

F

Formação de professores 100, 104, 106, 108, 208, 211, 212, 225, 226, 227, 228, 230, 236, 283, 341, 360, 364

G

Gesto-fala 87, 88, 89, 95, 96

Gramática 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 69, 73, 74, 104, 109, 147, 219, 238, 242, 274, 332, 335, 336, 342, 346, 347, 351, 353

H

Historiografia linguística 2, 12, 13, 21

I

Indígenas 3, 4, 19, 25, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 241, 339, 340, 341, 342, 344, 346, 348, 350, 351, 352, 353

Intervenção pedagógica 237, 239, 241

J

Jurídico 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361

L

Leitura 2, 4, 8, 9, 11, 28, 44, 50, 59, 71, 81, 83, 99, 104, 111, 114, 116, 117, 118, 122, 128, 129, 134, 136, 144, 151, 155, 196, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 231, 236, 240, 241, 250, 251, 252, 254, 255, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 312, 313, 316, 317, 318, 319, 320, 323, 324, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 346, 364

Lexicogramática 23, 27

Linguagem 11, 18, 20, 26, 27, 35, 36, 37, 40, 41, 44, 49, 51, 53, 58, 59, 60, 62, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 105, 109, 128, 130, 131, 135, 136, 138, 145, 147, 149, 152, 158, 168, 169, 172, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 203, 209, 212, 214, 220, 222, 229, 243, 245, 251, 252, 255, 265, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 283, 284, 286, 287, 294, 297, 298, 313, 316, 317, 318, 327, 328, 330, 332, 333, 337, 338, 342, 346, 350, 352, 353, 354, 355, 356, 361, 362, 364

Língua inglesa 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Línguas 19, 20, 25, 28, 39, 65, 66, 67, 68, 70, 98, 100, 101, 107, 109, 153, 225, 226, 229, 230, 240, 241, 272, 318, 324, 337, 339, 341, 346, 350, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363

Linguística 1, 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 26, 33, 39, 40, 43, 48, 50, 63, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 79, 85, 86, 89, 90, 95, 96, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 127, 128, 129, 140, 143, 147, 148, 151, 152, 153, 166, 168, 170, 218, 220, 224, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 273, 274, 275, 279, 286, 293, 316, 317, 328, 329, 334, 335, 336, 342, 352, 355, 356, 364

Literatura 38, 99, 109, 112, 133, 142, 143, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 222, 236, 246, 251, 252, 255, 256, 295, 296, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 306, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 339, 353, 364

M

Metáforas 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 153, 219

Mídias digitais 202, 204, 205, 206, 210, 299

P

Pandemia 35, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 112, 116, 127, 226, 245, 296, 303

Profissional docente 213, 220, 221, 222, 223, 259

S

Saúde 35, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 60, 61, 62, 185, 245, 274, 275, 276

Sentido 25, 26, 27, 28, 31, 33, 38, 41, 49, 51, 53, 58, 61, 67, 69, 75, 78, 80, 81, 82, 84, 90, 92, 95, 130, 134, 135, 138, 143, 148, 152, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 182, 185, 190, 192, 195, 197, 205, 210, 214, 220, 223, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 245, 249, 252, 253, 254, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 275, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 293, 297, 298, 308, 312, 316, 317, 318, 321, 325, 330, 331, 333, 335, 337, 342, 356

Sistema público educacional 244

T

Tecnologia 52, 91, 92, 95, 98, 100, 130, 205, 209, 210, 212, 346, 352

Linguística:

Linguagem,
línguas naturais e
seus discursos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021

Linguística:

Linguagem,
línguas naturais e
seus discursos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021